

Moraes vê ação golpista e pede pena de 17 anos a réu

NÃO FOI 'DOMINGO NO PARQUE' STF começa a julgar golpistas e Moraes defende pena de 17 anos a réu; Nunes Marques diverge

MARIANA MUNIZ E REYNALDO TUROLLO JR. publicadeglobo.com.br BRASIL

No primeiro dia de julgamento de réus acusados de participar de uma tentativa de golpe de Estado...



Tribunal. Em seu voto, Alexandre de Moraes ressaltou que a "turba" mostrou nas redes sociais "o intuito de derrubar o governo democraticamente eleito"

sidente do Senado' — ironizou o ministro. Em seu voto, Moraes explicou os fundamentos do chamado "crime multitudinário"...

— Não há nada de pacífico. São atos criminosos, antidemocráticos, que estreeceram a sociedade — disse. Ao abordar as intenções da "turba golpista"...

COMPETÊNCIA DA CORTE No início de sua manifestação, Alexandre de Moraes afirmou que o Supremo Tribunal Federal já decidiu ser o responsável por julgar os processos contra os réus...

Ele mencionou que o prejuízo estimado pelos estragos causados no Congresso, no Palácio do Planalto e no Supremo ultrapassou R\$ 15 milhões. O relator alertou que os invasores precisam ter consciência sobre gravidade dos atos...

Antes da manifestação de Moraes, o Ministério Público defendeu punição a quem atacou os Três Poderes e planejou tomar o poder por meios violentos. O subprocurador-geral da República...

Conclusão. Nunes Marques: pena mais branda Agora vamos orar na cadeira do pre-



O JULGAMENTO



Voto Moraes RELATOR "Houve a entrada criminosa e golpista em um prédio onde havia bloqueios, em dinâmica de vandalismo e violência, com ações organizadas que se estenderam muito além do ingresso no edifício e não houve recuo..."

Votou pela condenação a uma pena de 17 anos, sendo 15 anos e 6 meses em regime fechado, além de multa de um terço do salário mínimo para cada um deles. Hoje, isso equivale a mais de R\$ 40 mil



Voto Nunes Marques REVISOR "As lamentáveis cenas do dia 8 de janeiro, apesar da gravidade e do vandalismo, não tiveram o alcance de abolir o estado democrático de direito".

O ministro votou pela condenação do primeiro réu julgado no caso a uma pena de 2 anos e 6 meses, em regime aberto, descontados os meses que ele já ficou preso.

OS RÉUS



Acácio Lúcio Costa Pereira O processo do morador de Diadema (SP), ex-funcionário da Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo, foi o primeiro a ser analisado. Pereira, de 51 anos, foi flagrado no dia 8 de janeiro dentro do Congresso, usando uma camiseta com a inscrição "Intervenção militar jã".



Thiago de Assis Mathar Morador de São José do Rio Preto de 43 anos, foi preso em flagrante pela PM dentro do Planalto. De acordo com a PGR, ele "participou ativamente e concorreu com os demais agentes para a destruição dos móveis que ali se encontravam".



Moacir José dos Santos Também foi detido no Planalto, sob as mesmas acusações que Mathar. Santos, de 53 anos, foi o único que teve a prisão preventiva revogada. O ministro Alexandre de Moraes determinou que ele use tornozeleira eletrônica.

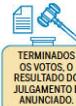


Matheus Carvalho Lázaro Dos quatro primeiros réus julgados, é o mais novo: 24 anos. Foi preso no dia 8 de janeiro com um canivete depois de sair do Congresso Nacional.



DEPOIS, POR ORDEM DE ANTIGUIDADE, A COMEÇAR PELO MAIS NOVO, VOTAM:

- 3º Cristiano Zanin
4º André Mendonça
5º Edson Fachin
6º Luís Roberto Barroso
7º Luiz Fux
8º Dias Toffi
9º Cármen Lúcia
10º Gilmar Mendes
11º Rosa Weber, por ocupar a presidência, vota por último e pode desempatar o julgamento.



DO QUE OS RÉUS SÃO ACUSADOS

A PGR pede que respondam por incitação aos atos de 8 de janeiro e vandalismo às sedes dos Três Poderes. Somadas, as penas podem chegar a 30 anos de prisão.

Os crimes listados: associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

pública Carlos Frederico dos Santos, responsável pela investigação dos ataques, destacou que o julgamento é "marco na democracia".

Ele disse que o país deixou de ser uma "república de bananas" e que golpe de Estado é "página virada na história" brasileira.

O início dos julgamentos ocorre às vésperas da aposentadoria da presidente do STF, Rosa Weber, que completará 75 anos em outubro, quando

terá que deixar o tribunal. Ela convocou sessões extras para esta semana para que pudesse participar da análise dos primeiros casos. A expectativa na Corte é que os julgamentos iniciais, a exemplo do que já ocorreu ontem, tenham forte carga simbólica, com recados duros, e terminem com punições exemplares.

Revisor das ações penais, o ministro Nunes Marques, indicado ao tribunal pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi o segundo a votar. O magistrado apresentou um posicionamento divergente do relator, embora também tenha defendido punição a Acácio Pereira.

— As lamentáveis cenas do dia 8 de janeiro, apesar da gravidade e do vandalismo, não tiveram o alcance de abolir o estado democrático de direito — afirmou.

Nunes Marques votou para condenar Pereira por dano qualificado e deterioração de patrimônio. A pena, pelo voto do revisor, seria de dois anos e seis meses em regime aberto.

Acácio Pereira é ex-funcionário da Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo. Ele foi flagrado dentro do Congresso no dia 8 de janeiro usando uma camiseta com as inscrições "intervenção militar jã". Naquele dia, ele postou um vídeo sentado na mesa Diretora do Senado no qual dizia "Vai dar certo, não vamos desanimar".

DEFESA NEGA GOLPE

O advogado de Pereira, Sebastião Coelho da Silva, que é desembargador aposentado, negou que tenha havido a tentativa de um golpe:

— Qual Poder deixou de funcionar? Este Supremo estava em recesso, o Congresso estava em recesso, o presidente da República, no dia seguinte, fez reunião com Vossas Excelências no Planalto — disse o advogado. — Não é razoável dizer que houve tentativa de impedir o funcionamento dos Poderes.

Outro réu, Thiago Mathar foi preso em flagrante pela Polícia Militar dentro do Palácio do Planalto. De acordo com a PGR, ele "participou ativamente e concorreu com os demais agentes para a destruição dos móveis que ali se encontravam. Todos gritavam palavras de ordem demonstrativas da intenção de deposição do governo legitimamente constituído, como 'fora Lula', 'presidente ladrão', 'presidiário'", alegou a PGR.

Moacir dos Santos, que em agosto teve a prisão preventiva revogada por Moraes, também foi flagrado dentro do Planalto. Ele foi denunciado pelos mesmos motivos de Mathar. Ao decidir pela revogação da prisão, e substituí-la pelo uso de tornozeleira eletrônica, o ministro relator entendeu que não estavam mais presentes os motivos para a manutenção da medida. Já Matheus Lázaro foi preso com um canivete depois de sair do Congresso Nacional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4